

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

Ata da 20.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 24 de Abril de 1972

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Leopoldo Jacomel.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Muggiati Filho, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues, Santos Lima e Wilson Brandão (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 92/71, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 17/71, de autoria do Dep. David Federmann, dá nova Redação ao Art. 11.º, da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, e ao Art. 139, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 93/71.

Levanta-se a sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 21.ª Sessão Ordinária

Realizada em 24 de Abril de 1972

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, Domicio Scaramella, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Muggiati Filho, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário dessa Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserto na Ata dos trabalhos desta sessão um voto de congratulações ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Walkir Pinheiro Alves, por sua assunção ao Comando do 1.º Grupo do 5.º Regimento de Obuses, sediado na cidade da Lapa, neste Estado.

2.º — seja, da decisão desta Casa, dado ciência ao Sr. Comandante da 5a. Região Militar, bem como ao homenageado, Ten. Cel. Walkir Pinheiro Alves e ao Coronel Raymundo Negrão Torres, através de expedientes desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1972.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente,

Nobres Deputados:

Em data de 12 do mês corrente, assumiu o Comando do 1.º Grupo, do 5.º Regimento de Obuses, sediada na cidade da Lapa, neste Estado, o Tenente Coronel Walkir Pinheiro Alves, que procede da guarnição do III Exército, do Rio Grande do Sul, onde emprestava sua patriótica colaboração a obra da segurança nacional que as Forças Armadas garantem para que nosso povo possa trabalhar em paz e o Brasil progredir sob o ideário da Revolução Democrática de 31 de Março.

Nós, que temos a honra de representar nesta Assembléia Legislativa a heróica cidade da Lapa, sentimos bem de perto tudo quanto se refere à movimentação e modificação do comando em corpos de tropa ali sediados, porquanto, fci justamente no terreno militar, no campo de batalha e no campo da honra que a Lapa e seus habitantes passaram às páginas da história pátria, escrevendo um dos mais belos capítulos da epopéia que foi a consolidação da República em terras do Brasil.

Assim, entendemos oportuno nosso pronunciamento de congratulações e boas vindas ao Tenente Coronel Walkir Pinheiro Alves, porque ele, militar de carreira e com fé de ofício elogiável, é digno, desde logo, de receber as demonstrações de confiança e amizade do povo lapaense para sentir-se perfeitamente integrado às suas novas funções e, na facilidade do relacionamento com as diversas camadas sociais da comunidade, encontrar somente ensejo de bem desempenhar-se de sua missão, para continuidade da obra notável de seu antecessor, o ilustre Coronel Raymundo Negrão Torres, que deixa o comando cercado de respeito de todos nós.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja formada uma Comissão de Senhores Deputados, para representar esta Casa, na reunião de alto nível promovida pela Secretaria de Agricultura, dia 28 deste, às 9,00 horas, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Odilon Reinhardt.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvida a Casa, seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Professor Cirne Lima, que determine à Cibrazen a construção de um armazém destinado a depósito e secagem no Município de Palotina, cujo Município comemorou no ano passado a festa da soja com a produção de um milhão de sacas, do referido cereal, além do que no exercício findo a safra do trigo atingiu a ordem de oitocentas mil sacas.

Seria mais que justo o atendimento e reivindicação acima, não tão somente pelo volume da produção, mas ainda porque a soja ali produzida está sendo exportada para a Suíça, através da Cooperativa local, que já não possui mais capacidade para acompanhar o ritmo da produção da soja e trigo ali produzido pelos seus cooperados e os demais agricultores que se dedicam com afinco nesses dois tipos de cereais, mesmo com a capacidade de secagem de trezentas e sessenta sacas por hora, os armazéns da Cooperativa conseguem solucionar problema de tão elevada produção, justifica-se pois a necessidade do apoio da Cibrazen naquele progressista Município.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Leopoldo Jacomel.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de que aquela autoridade ordene à Secretaria dos Transportes a autorização para a Ordem de Serviço às firmas empreiteiras que pavimentarão a rodovia Guaratuba-Garua.

São apenas 37 quilômetros que ligam a rodovia BR-468 ao nosso principal balneário. Este trecho, porém, é quem causa o maior prejuízo ao turismo paranaense, já que não possui condições normais de tráfego, ocasionando o exodo de paranaenses em demanda ao litoral catarinense.

A atual situação do citado trecho é calamitosa. A PR-54, como se encontra, impede também que turistas de Santa Catarina e mesmo do Rio Grande do Sul venham em visita ao nosso litoral, já que a volta, que deveriam realizar, visando as praias paranaenses e evitando os terrenos acidentados, faz com que os mesmos desistam de empreender tal viagem.

Quanto às firmas empreiteiras, encarregadas da pavimentação asfáltica, estão todas prontas para o trabalho, faltando apenas a Ordem de Serviço a ser dada pelo DER.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, na forma regimental, se oficie ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, após ouvir o Plenário, a seguinte sugestão:

1.º — Transferência, de todas eleições para 1975, eleições municipais, de Governadores e Presidencial;

2.º — Eleições Gerais somente de 5 em 5 anos, consequentemente, todos os mandatos passariam a ter duração de 5 anos, exceto de Senadores que seria de 10 anos;

3.º — Permissão para reeleição de Presidente da República e Governadores de Estado, prevalecendo a fórmula de eleições indiretas também nos Estados.

JUSTIFICATIVA:

Está fora de dúvidas que o Brasil, graças ao Exmo. Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici, é considerado hoje, uma das grandes potências mundiais.

Se é verdade que "NINGUÉM SEGURA ESTE PAÍS" é lógico, justo e natural que "NINGUÉM SEGURA MÉDICI EM SUA REELEIÇÃO", cujo maior e único beneficiado seria o nosso País. Um País como o Brasil, de extensão territorial que abrange quase um continente, onde as agitações políticas no passado tão próximo, quase levaram ao caos, à miséria e ao comunismo afinal, necessita de medidas profundas e pulso forte para reencontrar o caminho da ORDEM, da PAZ, HARMONIA e PROGRESSO.

O povo estima e confia em seu Presidente, o Brasil necessita de Médico para conclusão de suas arrojadas e gigantescas obras.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Paulo Poli.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que aproximadamente 500 crianças não obtiveram vaga para cursarem o primeiro ciclo, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, em virtude da absoluta lotação das salas de aulas existentes nos estabelecimentos de ensino existentes no local;

2. Que, há aproximadamente um ano foi concluído, pelo Estado, Grupo Escolar no local denominado Pluma, Bairro do Pinheirinho, porém, o referido estabelecimento, inexplicavelmente, permanece fechado, apesar das necessidades salientadas no item 1, requer à Mesa regimentalmente, oficie-se o Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, dando-lhe conhecimento do inteiro teor do presente e solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias para a abertura e funcionamento do referido Grupo Escolar.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja encaminhado ao Sr. Dr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem — DER-Pr., expediente através do qual se encarega aquele órgão a inclusão no plano de obras do presente exercício administra-

tivo, da Pavimentação Asfáltica da pista da estrada velha Curitiba-Araucária, a partir da ponte sobre o Rio Barigui, nesta Capital, até a sede daquele Município.

2.º — seja, deste expediente, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

O trecho cujo asfaltamento se pretende é relativamente pouco extenso, sendo que seu leito, em decorrência do tráfego intenso e pesado já se encontra solidificado, não havendo necessidade de maiores estudos técnicos para concretização da obra. Atendida a reivindicação, toda a população do bairro do Barigui, desta Capital, e mais a do Município de Araucária, seriam beneficiadas, pois a região é eminentemente agrícola e a estrada é natural meio de escoamento da produção para o centro consumidor da Capital do Estado. Além do mais, não se justifica a discriminação em não beneficiar-se aquelas populações com o asfaltamento do trecho referido, quando é sabido que outras vias de menor significação sócio-econômica já receberam aquele benefício, com reais e benéficos reflexos para suas economia e desenvolvimento.

Acreditamos que o ilustre Dr. Diretor Geral do DER-Pr., como engenheiro que é e com larga vivência dos problemas rodoviários da região Sul do Paraná, saberá encontrar suporte de natureza técnica para justificar a concretização da obra encarecida e, por isso, também temos por certo que dentro em breve significativa parcela da comunidade paranaense virá a ser integrada no ritmo de progresso de nosso Estado.

Os nobres Deputados, afeitos à defesa dos legítimos interesses do povo aqui representado, certamente também darão à nossa iniciativa o indispensável e honroso apoio.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — João Fadel.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer a sua credenciação pela douda Mesa, como representante desta Assembléia, para participar do Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, nos próximos dias 26, 27 e 28 do corrente mês de abril, sem ônus para esta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Lázaro Dumont.

PROJETOS DE LEI:**Projetos de Lei n.º 35/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, a proceder o cancelamento da Dívida Ativa do Departamento de Água e Esgotos, pertinentes a Taxas, Tarifas e serviços daquele órgão.

Art. 2.º — Os funcionários pertencentes ao quadro próprio de pessoal do Departamento de Água e Esgotos, serão relotados dentro de 30 dias, após a vigência desta Lei, no quadro único de Pessoal da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com os respectivos cargos.

Parágrafo Único: Excetuam-se aqueles que devam ser relotados nos órgãos específicos.

Art. 3.º — As dívidas passivas do Departamento de Água e Esgotos, serão saldados pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(a) — Antônio Costa.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista, a nova política de saneamento do Estado do Paraná, com a incorporação pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, do acervo patrimonial do Departamento de Água e Esgotos — D.A.E., conforme a nova filosofia política de Saneamento, formulada pelo Banco Nacional de Habitação — B.N.H., estabelecendo o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, onde orienta os Estados no sentido de que sejam criadas Subsidiárias únicas estaduais para a exploração dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. Política esta, que consideramos acertada.

Tendo em vista a inclusão do Estado do Paraná, no PLANASA, ora em tramitação nesta Casa, para a devida ratificação, do empréstimo de 585 milhões de cruzeiros aproximadamente, que o Banco Nacional de Habitação — B.N.H. destina ao Paraná, através da SANEPAR, para aplicação em obras de Saneamento.

Tendo em vista que a atividade afim do Departamento de Água e Esgoto, ou seja a distribuição, controle de qualidade e manutenção dos serviços de água e coleta de esgotos sanitários, não mais se encontram em poder daquele órgão, motivo pelo qual o Departamento de Água e Esgotos, deverá ser extinto, segundo dispõe o Decreto 1.194/72, publicado no Diário Oficial de 3 de janeiro de 1972.

Tendo em vista, que se encontram em Dívida Ativa, no Departamento de Água e Esgotos, diversas contas a cobrar.

Tendo em vista, que grande parte dessas contas, pertencem à órgãos subordinados à União, ao Estado do Paraná e aproximadamente 20 Prefeituras municipais, e também a pessoa de baixo poder aquisitivo.

Tendo em vista, que a manutenção da estrutura do órgão se tornará mais onerosa, até a arrecadação total dos débitos ocorrerá a sua extinção total, e que até sua extinção o órgão será mantido por dotação orçamentária.

Tendo em vista a exposição acima, solicito aos nobres Deputados, que aprovelem o presente Projeto de Lei.

Projeto de Lei n. 36/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o "Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida" com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) — Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA:

O "Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida", é uma entidade jurídica de duração indeterminada, com Estatuto devidamente registrado sob o n.º 42 do livro A-1 do Registro de Títulos e Documentos de União da Vitória.

A referida entidade, constituída como uma Sociedade Civil de Beneficência, tem por fim instalar e manter um Hospital em União da Vitória, como âmbito sobre todo o Sul do Estado.

Pelos relevantes serviços assistenciais que presta à comunidade, essa benemérita instituição torna-se, por isso, credora do reconhecimento dos Poderes Públicos. Daí o projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação da Casa.

Projeto de Lei n.º 37/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Grupo Escolar Dr. Generoso Marques Noturno, da cidade de Cambará, passa a denominar-se Grupo Escolar "João Mattar".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) — Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar Dr. Generoso Marques Noturno, do Município de Cambará, vem acarretando, há longo tempo, sérios transtornos ao seu corpo docente, visto que funciona na mesma cidade um outro Grupo Escolar de coincidente denominação, tendo havido, em inúmeras oportunidades, desvio de correspondência de um para outro, sem se falar nos entraves naturais ao serviço burocrático, e assim sendo, a senhora Diretora do Estabelecimento houve por bem convocar uma reunião a fim de se escolher um nome para o referido Grupo Escolar.

Dentre vários de expressão que contribuíram para o progresso do Município em todos os sentidos, foi escolhido o nome do Senhor João Mattar.

Falar do extinto Senhor João Mattar, seria editar um livro para nele sintetizar as mais belas páginas de trabalho, dignidade e amor ao próximo.

Toda sua vida foi pontilhada das mais diversificadas facetas, e nenhuma deixou de merecer a sua mais profunda atenção e devoção.

Cidadão brasileiro por lei, se bem que tenha nascido em Marjevon — Líbano, aos 20 de abril de 1904, tendo falecido na Capital Paulista no dia 4 de fevereiro de 1960.

Dedicou-se de corpo e alma à sua Pátria adotiva — Brasil. Chegou à cidade de Cambará nos idos de 1939 e desde então colaborou decididamente para o progresso da cidade e do Município.

São incontáveis os benefícios deixados por "João Mattar" nos mais diversos setores da atividade humana: Educação, saúde, e como homem de comércio que era, sempre estendeu a sua mão, ajudando os menos favorecidos pela sorte.

Deixou esposa e nove filhos, dentre eles, dois que se destacaram no campo religioso e educacional. Irmã Carmela de Jesus (Salina Mattar) e Odette Mattar Bernardelli, Inspectora Regional de Ensino.

Por todos os motivos enumerados é que esta justificativa que se faz a "João Mattar", tem sua razão de ser.

No rol histórico faz ele parte integrante dos homens de bem que por ali passaram e deixaram uma indelével marca de trabalho, honra e dignidade.

João Mattar, pela força brilhante de um coração magnânimo que no seu peito batia sob o compasso rítmico de um grande amor voltado às coisas de Deus, calçou ali as marcas de um homem que viveu unicamente para servir e ser, realmente, útil à comunidade. Estas são as razões que nos levam a apresentar o presente plano de Lei que, temos certeza, merecerá a aprovação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, do Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores daquele Município.

Não há horadores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Está nesta Casa um Anteprojeto de Lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, propondo a concessão de um aumento de 12% sobre os vencimentos do funcionalismo público do Estado.

Em que pesem as intenções dos vários Deputados que já abordaram o assunto, parece-nos que ainda não foi abordado com a energia que merece, nem se disse da estranheza que a Mensagem aqui provocou.

Na verdade a proposta do Executivo não traduz um esforço para minorar o drama de um funcionalismo mal remunerado. Pelo contrário, é uma agressão a seus interesses manifestando de maneira clara a intenção de reduzir os seus já míseros proventos".

Quero fazer um parêntese para dizer que nunca fiz política na área do funcionalismo estadual. As minhas palavras hoje não têm sentido demagógico e muito menos o de agradar à nobre classe do funcionalismo público. Mas vai, isto sim, a minha revolta e estranheza por ter o Chefe do Executivo, a quem poupamos até o presente momento porque todo o Paraná sabe o drama que S. Exa. está vivendo, encaminhado tal Mensagem a esta Casa, Mensagem que, a meu ver, é contra os interesses do funcionalismo público. Esta Casa não pode compactuar com a Mensagem do Governador Parigot de Souza. Sabemos que existe um dispositivo na Constituição segundo o qual, decorrido determinado prazo e esta Casa não apreciando a Mensagem do Governo, automaticamente a mesma se converte em lei. Mas é preferível que a Casa deixe transcorrer o prazo fatal, mas não pactue com Mensagem desta Natureza. Muito melhor para o funcionalismo público que esta Casa não seja conivente com a Mensagem que aqui tramita e que diz respeito aos vencimentos do funcionalismo público.

Feita esta pequena explicação, vamos continuar o discurso que escrevemos a fim de que a emoção não nos distraísse e não dissessemos aquilo que sentimos com relação à Mensagem do Sr. Governador do Estado.

(Lendo): Sim, reduzir: os doze por cento não cobrem sequer a metade da desvalorização da moeda ocorrida no período, e agravam definitivamente a situação dos servidores estaduais, que nos últimos anos vêm se descapitalizando progressivamente, a ponto de ser inegável que percebam hoje menos do que há dez anos atrás em termos de poder aquisitivo.

O Governo da União elevou os proventos dos funcionários federais em vinte por cento, porcentagem esta incidente sobre os vencimentos e vantagens. Manda a política federal de contenção inflacionária, que Estados e Municípios não ultrapassem os percentuais de reajustes concedidos ao pessoal da União, já que estes expressam tão somente uma compensação pelo alto do custo de vida. Quer dizer: ao conceder vinte por cento, reconhece o Governo Federal que não está dando aumento real mas mera cobertura para a deteriorização da moeda. Justo então, que Estados e Municípios, que sentem também o drama de seus servidores encarem a posição do Governo Federal como a de cedente de um mínimo essencial de aumento. E dêem eles também, Estados e Municípios, reajustamentos de mesmo percentual e de vigência simultânea ao seu próprio funcionalismo.

O que vemos é o Paraná, um dos Estados mais ricos da União, vir pro-

por com nossos de atraso um percentual menor ao permitido e concedido pela União fugindo ao seu dever de manter ao menos inalterado o poder aquisitivo dos seus servidores.

O limite imposto pela União deve valer como teto, mas também, como registro. Ou entende-se que a União foi excessivamente liberal com seus servidores? Acredita-se, porventura, que o Governo Federal está inflacionando o País com sua política de pessoal?

Parece entender assim o nosso Governo Estadual.

Com seu percentual irrisório vem agora diminuir mais ainda a posição de seus servidores face ao funcionalismo federal, não só pelo montante, não só pelo atraso na concessão, mas também pela forma. Incidindo como abono de emergência, o reajuste somente alterará a parte fixa, ficando inalteradas as vantagens.

Obedeçam-se a intenção revolucionária de padronizar os aumentos para permitir um controle central das despesas públicas. Admita-se até a injustiça de conceder o aumento com o atraso de alguns meses, como consequência dos fatos políticos peculiares ao Estado, que atrasaram esta e outras providências administrativas necessárias. O que não se pode admitir, porém, é que se diminua pela metade do mínimo essencial determinado pelo Governo da União para que os vencimentos do funcionalismo não diminuam face à alta do custo de vida.

Na realidade, é apenas essa diminuição o que propõe a Mensagem Governamental.

Não se alegue que tal abono viria sanar uma necessidade de emergência. Primeiro, porque essa emergência não existe positivamente. Segundo, porque não haveria condições posteriores de sanar a injustiça. O decorrer do tempo corrói ainda mais os proventos dos servidores. Quando se tratasse de atualizá-los, a médio prazo, as cálculos de equiparação à desvalorização da moeda já indicariam um percentual de mais de vinte por cento, que somado ao abono concedido, ultrapassaria o premissivo constitucional. Também é outra afirmativa que não admite contestação.

Quando se quiser atualizar os vencimentos do funcionalismo, somando a desvalorização da moeda, reconhecida pelo próprio Delfim Netto, iria ultrapassar o que permite a Constituição para a fixação dos vencimentos, com o aumento, do pessoal da União.

A fórmula realmente justa de encarar o problema, seria verificar-se o quanto foram alterados os vencimentos do funcionalismo federal nos anos após a 1964 e alterar-se correspondentemente os vencimentos do funcionalismo estadual. Haveria então plena justificativa legal, embora a percentagem ultrapassasse muito os vinte por cento. Mas a tese nos parece utópica, face à disposição do Executivo em sequer respeitar a inteligência dos seus servidores e dos membros desta Casa.

Se é lamentável a posição do Executivo, mais ainda o são as atitudes de seus assessores. Disse o sr. Secretário da Fazenda, falando num clube de serviços, segundo fonte fidedigna que nos informou a respeito da palestra de S. Exa., que o abono de 12% é irrisório, mas é o viável. Disse Sua Excelência, ainda, com toda aquela sua calma, como todo aquele seu tecnicismo, que é até melhor dar 12% do que nada, querendo dar a entender que isso é o quanto se enquadra nas disponibilidades financeiras do Estado.

Na hipótese melhor, estaria o Secretário da Fazenda confessando sua incompetência em arrecadar, porquanto não houve fato econômico que ditasse tal emergência. Todos nós sabemos e temos obrigação de saber como representantes do povo, que não houve fato novo na história administrativa do Paraná, que levasse o Sr. Secretário da Fazenda a cometer a temeridade de afirmar que a arrecadação não tem se comportado de acordo com as previsões orçamentárias. As safras são as melhores possíveis, o Estado está tranquilo, comércio e indústria crescem num ritmo de Brasil novo. Já há meses, quando renunciou o seu cargo, estava o então Governador Haroldo Leon Peres com um texto pronto, à espera apenas de assinatura, de Mensagem concedendo vinte por cento de aumento ao funcionalismo. Ora, se o ex-Governador Haroldo Leon Peres já estava com a Mensagem pronta concedendo 20% ao funcionalismo público, e por motivos que todo Paraná conhece e esta Casa melhor ainda, não houve tempo de encaminhar a esta Casa a referida Mensagem.

Como se pode admitir que o Governo, decorridos sete meses venha propor apenas 12% de aumento ainda em forma de abono? Isto é um abuso à inteligência e à paciência dos Deputados.

Na verdade, verifica-se a hipótese pior. Há má fé evidente do Executivo com seu funcionalismo. Sabe-se que em janeiro e fevereiro o Estado do Paraná BATEU TODOS OS RECORDES DE ARRECADAÇÃO DE SUA HISTÓRIA. Segundo informações não oficiais, o montante subiu em janeiro a cento e vinte milhões de cruzeiros. É uma verdade recorde na história da arrecadação do Paraná, em toda sua existência, desde que desmembrada a 5a. Comarca de São Paulo.

Informe-nos, portanto, o Senhor Secretário da Fazenda quanto arrecadou o Estado nos dois primeiros meses do ano. Se realmente houvesse queda em relação a janeiro do ano anterior, reconheceríamos então a hipótese melhor. Isto é: o Governo não tem capacidade de arrecadar. Mas não só para preservar sua imagem, como também para respeitar a verdade dos números. Sua Excelência jamais poderia invocar tal pretexto para esta Casa, oficialmente".

Em conversa com seu líder, que muito respeitamos, sim, mas não oficialmente.

"Não bastassem ainda tais fatos, outros aspectos negativos viciam a mensagem do Executivo, entre eles o comprometimento dos proventos da magistratura e a exclusão da Polícia Militar do abono proposto.

Eis pois, Senhores Deputados, que o Executivo pretende que esta Casa pactue num esbulho ao funcionalismo de nosso Estado, aprovando e ratificando matéria em tais condições. Estando esta Casa vedada de apresentar emendas, pretende-se pressioná-la a ser cúmplice desse absurdo, que ofende toda uma classe digna e repugna à consciência e à inteligência de quem se deteve a analisar intencões e consequências.

Nessas condições, entendemos que esta Assembléia, ao lado dos apelos que se lança ao Executivo para que retorne à realidade, deve, se não atendida, recusar-se a votar a matéria".

É o que farei.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos acompanhando seu pronunciamento. De forma clara e precisa V. Exa. situou a posição, os problemas e a forma pela qual o funcionalismo público recebeu essa Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, como se fora um autêntico presente de grego.

Pretendíamos nos pronunciar a respeito inclusive, se V. Exa. permite que nos alonguemos trazer ao conhecimento da Casa um demonstrativo que temos em mãos a respeito das alterações dos salários do Servidor Público Federal de 1969 até a presente data.

Partindo-se de um valor arbitrário em 100 para fevereiro de 1969 teríamos: Em 1969 havia este valor arbitrário de 100 para o funcionalismo público estadual e federal.

Em fevereiro de 1970 o funcionalismo público federal foi aumentado em 20% e o índice passou a 120;

Em 1.º de fevereiro de 1970, isto é dez meses após o aumento de 20% o funcionalismo estadual que se equiparou ao federal, uma vez que seu índice foi a 120;

Em 1.º de fevereiro de 1971 teve novo aumento de 20% o funcionalismo federal, passando seu nível de 120 para 144;

Enquanto que ao funcionalismo estadual foi dado em forma de abono de 20%, em razão disto passou a haver uma diferença de 24% em favor do funcionalismo federal;

Em agosto de 1971 o índice de 144 permaneceu ao funcionalismo federal e veio o aumento de 10% ao funcionalismo estadual que passou a 132 com uma diferença de, pelo menos, 12,08%;

Finalmente, em 1972 houve em 1.º de fevereiro novo aumento ao funcionalismo federal na ordem de 20%, passando aquele índice inicial de 100 para 172,8%, enquanto que o Estado permaneceu no índice de 132.

Notem todos os Srs. Deputados a diferença que há de 69 até agora entre os vencimentos do funcionalismo público federal e do funcionalismo público estadual; a diferença é de cerca de 40,08%. Além do mais há descondo do IPE e do imposto de renda retido na fonte.

Desta maneira estes 12% não podem ser recebidos com satisfação e sim como um autêntico presente de grego. Era o aparte e desculpe-nos se nos alongamos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu que agradeço o aparte de V. Exa., não há o que desculpar, porque V. Exa. descendo a minúcias de número e percentagens, apenas V. Exa. valoriza e enriquece o nosso pronunciamento.

Nós havíamos aventado a possibilidade de um levantamento da ordem que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa, que fosse a partir de 64, para mostrar que a situação então é muito mais difícil; daí então não se culparia ao atual Governo, mas, a todos os Governos, de 64 para cá, mas, V. Exa. trazendo um levantamento de 69 até a presente data concluiu e tenho certeza deque com absoluta justiça e com absoluta justeza, que o funcionalismo público do Estado hoje está com seus vencimento em relação ao funcionalismo federal, com atraso na ordem de 20% e vai aumentar progressivamente, caso esta Casa dê guarida às Mensagens Governamentais que aqui chegam, com relação ao funcionalismo, aos vencimentos do funcionalismo, contendo estas distorções que nós temos obrigação — obrigação e dever — de rejeitá-las, embora constitucionalmente estejam impedidos de apresentar emendas que cresçam as despesas do orçamento do Estado, porém, não estamos obrigados a votar uma Mensagem que nós sabemos de antemão, prejudicará ao funcionalismo.

Temos acompanhado, pelo noticiário da imprensa, que o nobre Deputado João Mansur, líder do Governo e da ARENA nesta Casa, mais o Deputado Ovídio Franzoni, Relator da Mensagem Governamental, mais o nobre Deputado Presidente desta Casa, Wilson Fortes, têm se empenhado vivamente no sentido de convencer ao Sr. Governador do Estado, que é um técnico e como tal, insensível ao apelo humano que parte desta Casa, a que retire esta Mensagem e que mande outra, constânea com a realidade econômica da Nação. Nós não podemos permitir que um Governo fique rico e que o povo fique pobre — Governo rico é povo pobre; Governo cumprindo as suas obrigações, tem o dever, não é favor nenhum, de remunerar condignamente ao seu funcionalismo, porque são peças importantes na máquina administrativa, e, repito também mais uma vez, que não faço política nessa área, que não estou vindo em defesa do funcionalismo por demagogia, mas estudo um pouco de Economia, conheço a matéria e até com certo carinho manuseio os compêndios de Economia, conheço a vida econômica da Nação, sei das medidas do Governo Federal para debelar esta inflação assustadora que ameaçava degringolar a vida econômica da Nação pelos idos de 60 a 64, sabemos dos esforços desesperados do grande Ministro da Fazenda, Sr. Delfin Netto, sabemos da mão forte que lhe dá o Governo Garrastazu Médici para que as distorções na vida econômica-brasileira sejam corrigidas paulatinamente, a fim de que uma dose maciça não prejudique o desenvolvimento da Nação, porque o produto nacional bruto continua a crescer de acordo com o esforço da gente brasileira. Nós conhecemos perfeitamente estes esforços, não estamos aqui fazendo demagogia, mas aqui, parece que estão querendo ser mais realistas que o rei porque enquanto o Governo Federal, que tem as mesmas condições econômicas do Governo do Estado concede 20%, o Governado do Estado resolve, querendo agradecer não sei a quem, propor a esta Casa uma medida até vergonhosa em forma de abono de 12%, excluindo-se a Polícia Militar. A Magistratura seria prejudicada, porque não decorrendo o prazo constitucional, ela terá que se contentar com os 12% do abono proposto aos demais. Não sei aqui se é muito um pouco, mas sim, a singularidade da Mensagem Governamental.

O SR. MAURÍLIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Além do aspecto negativo mostrado por V. Exa., é importantíssimo se levar em consideração, que grande número de funcionários públicos estaduais adquiriram casa própria, para pagamento por intermédio de vencimentos, com correção monetária proporcional a esses aumentos, em função de aproximadamente 20% ao ano. Esta diferença, além de 48,8% aumentam 24,26%, tomando por base o índice de salário fixado pelo Governo em função dos aumentos concedidos aos funcionários públicos estaduais e federais e o Governo Federal, a partir de 1.º de maio, irá decretar o novo salário mínimo regional e nestas condições, 20% do imóvel com base na correção monetária. Estes dois aspectos devem ser considerados conjuntamente porque oneram sensivelmente o funcionalismo estadual.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. aborda com muita propriedade mas exclui um fator importantíssimo. Tudo o que se faz hoje me dá neste País em matéria de economia é baseado nos índices filiados pelo Conselho Nacional de Economia, com a desvalorização da nossa moeda que se verifica trimestralmente, semestralmente há uma taxa de câmbio que procura corrigir as distorções da moeda brasileira para que assim se fazendo paulatinamente e progressivamente não cause impacto maior ao progresso nacional. Tudo neste País é baseado nos índices fixados para o salário mínimo. Os próprios aluguéis são fixados contratualmente na base da incidência do salário mínimo. E agora, nós sabemos, a 1.º de maio o Sr. Presidente da República anunciará ao País todos os novos índices do salário, e, automaticamente, os aluguéis subirão, as prestações do BNH e órgãos afins sofrerão idêntico acréscimo, mais o imposto de renda etc. etc. o funcionalismo vai tirar dinheiro do vencimento anterior, assim, teremos que concluir: que o...

O SR. ARMANDO QUEIROZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria de dar o meu ponto de vista sobre esta matéria. A leitura que se

faça da Mensagem de aumento demonstra desde logo que ao funcionalismo público em geral um aumento de 12% calculados sobre os vencimentos base, e que aos membros da magistratura será calculado o aumento em 12% e que sem dúvida será calculado sobre o que efetivamente se recebe. Entendo que é uma maneira desigual de tratamento, porque se se desse ao funcionalismo pelo menos um aumento e não um abono ainda que não bastasse pelo menos seria uma importância um pouco mais elevada. As razões para isto são de ordem constitucional, porque, de acordo com o dispositivo desta Constituição, que está em vigor, a magistratura tem vencimentos irredutíveis e desde a hora que se concede o abono, se amanhã se quiser fazer isto, não se pode com relação ao Judiciário para o qual um aumento incorporado não pode ser subtraído. Acho que a melhor maneira de se tratar deste problema seria que não houvesse discriminação, se desse 12% para a magistratura e para o pessoal, ou então que se desse 12% de abono para um e 12% para outro, tratamento igual, semelhante, para que ninguém seja prejudicado no recebimento de vantagens.

E, outro fator, nobre Deputado, que eu queria analisar. V. Exa. diz que o pessoal da Polícia Militar não foi aquinhado com este abono. Eu vou mais além, os conselheiros, os auditores, os procuradores do Tribunal de Contas, também não irão ter aumento, porque hoje, baseado no dispositivo da Emenda n. 3, foi suprimida a expressão "direito", e por essa supressão, desvinculou-se os vencimentos do Tribunal de Contas com o Tribunal de Justiça. Portanto, também os Auditores, Conselheiros e Procuradores, não irão receber, seja abono, seja aumento.

Alí fica o que eu acho que seria mais justo para resolver o problema.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. que inclusive, aborda aspectos que eu havia esquecido, até felicito ao nobre Deputado, porque aliás, não é surpresa para mim, V. Exa. pela sua experiência, pela sua tarimba, pela sua cultura e pelo seu conhecimento tantas e tantas vezes demonstrando nesta Casa, vem em nosso socorro, na hora em que estamos aqui procurando sensibilizar não a Casa, porque a Casa já está sensibilizada pelas diligências que temos visto, que os Deputados João Mansur, Ovídio Franzoni e Wilson Fortes encetaram junto ao Sr. Chefe do Executivo, mas vamos ver se pelo menos sensibilizamos ao Sr. Governador do Estado, para que mande retirar esta Mensagem.

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero também deixar definida aqui a minha posição como fez V. Exa. quando disse que está abordando este assunto mais por um dever de justiça e nunca com efeitos demagógicos. Eu também ao me pronunciar, jamais quero que entendam que seja uma posição contra o funcionalismo do meu Estado. Hoje, nós nos encontramos em posições opostas, ontem, era V. Exa. quem ocupava este lugar e defendia, ou pelo menos, quem trazia a esta Casa, a Mensagem e a palavra do Governador do Estado, hoje, eu o faço em nome desta Casa.

V. Exa. já anunciou as gestões que nós estamos fazendo junto ao Secretário do Governo, procurando minorar esta situação. Só que V. Exa. esqueceu, talvez por desconhecimento, que esta Comissão também tem participado o nobre Deputado Armando Queiroz, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, nobre Deputado Erondy Silvério, a sua posição nesta Tribuna é louvável, porque nenhum de nós desconhece o papel que desempenha o funcionalismo público do Estado, neste seu trabalho, na máquina administrativa que, em última análise, vem trazer o desenvolvimento ao nosso Estado. Ocorre, nobre Deputado, que estes aumentos e estas correções salariais são feitos anualmente, segundo entendimento que nos foi trazido pelos próprios assessores do Governo do Estado e, quando o Deputado Armando Queiroz apartava V. Exa. dizendo que era um tratamento desigual, em se dar 12% para a Magistratura e 12% ao funcionalismo do Estado, se alguém foi prejudicado neste assunto, foi a magistratura do Paraná, porque a magistratura, como V. Exa. bem sabe, teve o seu aumento em maio do ano passado; estará completando um ano de vigência agora no mês de maio. Ao passo que o funcionalismo público teve o seu aumento em agosto. De modo que o Governador do Estado poderia perfeitamente se reservar para conceder este aumento só em agosto. O Governador Parigot de Souza entendeu que este abono seria uma antecipação de vencimentos, que viria de certo modo melhorar um pouco esta situação aflitiva que vive o funcionalismo do nosso Estado.

Agora pode estar certo V. Exa. e esta Casa de que, na época oportuna, quando se completar um ano de vigência, o funcionalismo público do Paraná terá o seu aumento condizente com o momento porque passa todo o funcionalismo público do Paraná.

De modo que, são estas as explicações que nós trazemos por parte da Assessoria do Governo, sem por isso nós cruzarmos os braços. Continuaremos e hoje mesmo teremos novamente um entendimento na Secretaria do Governo, no sentido de ver se se chega a um denominador comum, a fim de que se dê ao funcionalismo uma situação mais condizente com o momento que vive.

Era esta a explicação oportuna que queria transmitir a V. Exa. nesta tarde.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. e compreendo o papel que V. Exa. desempenha nesta Casa, porque eu também estive em idêntica posição. Mas, V. Exa. no íntimo sabe perfeitamente que o funcionalismo público está sendo vítima de um engodo. Que não será no mês de agosto que o Governador irá corrigir o que se pretende fazer agora contra o funcionalismo público. Melhor seria então, já que estamos em fins de abril, que o Governo retirasse essa Mensagem e, antes do recesso de julho, se votasse o aumento definitivo, para entrar em vigor a partir de 1.º de agosto. Tenho certeza de que V. Exa., no íntimo não está acreditando no Governo, embora seja o dever de V. Exa. Sei que V. Exa., jurou com o nobre Deputado Armando Queiroz, o Deputado Ovídio Franzoni e o Sr. Presidente desta Casa, Deputado Wilson Fortes, estão tentando demover-lo a que esta Casa aprecie a sua Mensagem. Sei das dificuldades que VV. Exas. têm encontrando. Que o funcionalismo público tem que ser grato ao trabalho dessa Comissão, porque sei que não é por demagogia nem por interesse eleitoral porque, ao que me consta, V. Exa. e os demais Deputados também, não fazem política na área do funcionalismo. Estão apenas olhando o lado humano. E é este o lado que toda a Casa está também se situando; exatamente deste lado.

Quero dizer a V. Exa., embora o respeito que tenhamos pelo Líder do Governo e do meu Partido nesta Casa, que eu votarei independentemente. Não vou votar a favor da Mensagem Governamental. Não vou pactuar com um crime que se pretende cometer contra o funcionalismo público. Acho que ninguém pediu este aumento de 12%; ele está dando de alegre. O Governo não precisa dar este "presente de grego", como bem afirmou o nobre Deputado Maurício Fruet. O Governo tem condições, pela magnífica arrecadação do Estado, pela situação que está se clareando cada vez mais na área econômica e administrativa, o Governo tem condições de dar de ime-

diato, sem distinção de nenhuma classe do funcionalismo, nem ao funcionalismo Legislativo, nem ao Poder Judiciário, nem a do Poder Executivo, sem nenhuma distinção, o Governo do Estado tem condições de acompanhar o Governo Federal, concedendo aquilo que é apenas um reajuste de vencimento, face ao ritmo inflacionário do ano de 1971-72.

Todos nós sabemos que foi na ordem de 21,8, embora o Sr. Ministro da Fazenda, computando esses dados, artigos não essenciais, tem encontrado uma percentagem na ordem de 18,76; Nós sabemos que não corresponde à realidade, porque nós conhecemos os fatores que determinam a marcha da inflação no sistema econômico brasileiro. São fatores que não nos cabe analisar aqui, mas para citar um exemplo, quando o Ministério da Fazenda, através do seu órgão competente, faz a coleta de preços mensalmente em todo o país, até roda de locomotiva entra no cômputo geral, nos aumentos verificados no País. Ora, nós sabemos que isto não é artigo essencial, nem de primeira necessidade. Nós sabemos que não influi decisivamente, na alta do custo de vida, inflúo com uma parcela ínfima no custo dos transportes ferroviários. No entanto estão frias e imutáveis, constituindo parcela de um complexo que determina a inflação trimestral no sistema econômico atual do País.

Sabemos perfeitamente, e V. Exa., como poderoso industrial que é em nosso Estado, conhece perfeitamente, assim como todos os Deputados, fazerão uma análise da alta dos produtos essenciais verificada trimestralmente e a própria correção monetária com a desvalorização do cruzeiro em relação à moeda que ainda rege nossa economia, que é o dólar; sabemos que a inflação foi na ordem de 21,6% ao ano no período de agosto de 71 a março de 72.

Portanto, não se justifica que o Governo tenha encontrado, através de seus técnicos, apenas uma desvalorização na ordem de 12% no Paraná.

A apelo que faço a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados, é que esta Casa não vote esta Mensagem, que esta Casa levante uníssona em protesto e que faça sentir ao Governo que embora este Poder já não seja esplendoroso como era antes, embora já haja um esvaziamento do Poder Legislativo em todo o País, temos uma missão a cumprir com galhardia, para sairmos desta Casa com galhardia por termos cumprido com nosso dever. Não devemos concordar, apenas para sermos agradáveis ao Governador do Estado, com uma Mensagem que vem ferir profundamente os legítimos interesses do funcionalismo público.

Era o nosso pronunciamento.

(Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas uma minoria dentro desta Casa conhece a nossa luta, o nosso procedimento no passado, no que tange ao tratamento que tivemos então com as autoridades constituídas inclusive com S. Exa. o Presidente da República de então.

Devem chegar dentro de alguns instantes alguns recortes de jornais que trazem em manchete nos debates que se feriram nesta Casa, nossa conduta quase que irreverente pela maneira como eram conduzidas as coisas em nosso País.

Assim é, sr. Presidente e Srs. Deputados, que nosso País, numa época não muito distante, viveu num ambiente de baderna, de confusão, de desordem, de atritos.

Lembro-me bem daquele episódio quando um político de então, Leonel Brizolla, parente do então Presidente, pregava aos quatro cantos do País a formação do grupo dos onze. Era nada mais nada menos do que a implantação oficial do comunismo em nossa Pátria. Sentimos de fato que as garras sangrentas do comunismo já tinham entre suas mãos o nosso País, que se assemelhava a uma pequena ave prestes a sucumbir àquela fase.

E daí então, nossa rebeldia; daí então, nossos protestos, quantas vezes, e não existia Ato Institucional, e nós nos expúnhamos abertamente, nesta Tribuna, defendendo sempre aquilo que acreditávamos correto e direito.

Recordo-me, um dia, desta Tribuna, apartado que estava sendo por um colega de então, e que hoje tem seus direitos políticos cassados, usei até a expressão de "sórdido" para o Sr. Leonel Brizzola, pelo tanto mal que vinha fazendo ao nosso País.

Os fatos se sucediam. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ponto do próprio Presidente da República criar comícios e pregar, abertamente, o comunismo.

Houve, felizmente, graças a Deus, o desfecho com a Revolução de 31 de Abril de 1964. Daí para cá, Srs. Deputados, quem sabe erros houveram, mas em número menor. Daí para cá, Srs. Deputados, o Brasil passou a ser conhecido como uma grande potência, como um grande País. Os Presidentes que se sucederam foram homens que mereceram, todos eles, nosso respeito, nossos aplausos, nossa admiração.

Claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, para se tirar um País do caos, para se tirar um País das garras comunistas, necessário se fazia que forças especiais estivessem acumuladas nas mãos daqueles que comandavam o destino da Revolução, os destinos do País.

Assim é que, recordo bem, o primeiro Presidente da Revolução, cuja homenagem, há poucos dias, esta Casa fazia, ao inaugurar seu busto. E foi recordado com tanto respeito, eis que, em nome da família daquele Presidente, falava o ex-Governador Senador Ney Braga.

Recordo-me Srs. Deputados, que quando Castelo Branco estava quase ao final de seu mandato e não tinha concluído ainda suas metas principais, a Câmara Federal e o Senado, a alta cúpula, entendeu que seu mandato deveria ser prorrogado porque, uma eleição, naquela época, iria impedir que S. Exa. concluisse parte de sua meta.

O Presidente seguinte teve seu mandato interrompido por motivo de saúde, como é do conhecimento de todos.

E então, agora, feito esta preliminar, entrarei no assunto que me traz a esta Tribuna. Mas, antes de abordar, gostaria de dizer, publicamente, que sou homem de índole democrática, e acho que o País deve, tatno quanto possível, ter eleições diretas.

E nas três vezes que disputei uma cadeira como Deputado Estadual, nas três vezes, a soma de votos que obtive era suficiente para que me elegeisse, se tivesse sido candidato, a Deputado Federal. E sei perfeitamente que devo isso a generosidade do povo paranaense mais que propriamente ao meu trabalho. Mas, em contrapartida, nós estamos sempre dispostos a enfrentar eleições.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade é que um País com dimensões continentais, um País com os problemas os mais complexos que tem à sua frente um Presidente como o General Emílio Garrastazu Médici, que iniciou entre outras tantas obras, essa empreitada gigantesca de arrojo e patriotismo, que é a Transamazônica. Tenho por obrigação conhecer bem

o significado do que representa essa estrada, porque por 20 anos a fio, sobrevoei este Brasil afora. Como todos sabem, eu tinha em Campo Mourão, há muitos anos, uma fazenda de café; mas eis que veio a gada e eu então transformei meu aparelho de uso particular em instrumento de trabalho, dirigindo uma empresa de transportes aéreos. Então eu passei a conhecer bem este gigantesco País, este fabuloso Brasil.

Posso, então, aquilatar o arrojo da obra do Presidente Médici. Mas o que me inspirou e me trouxe a esta Tribuna, foi uma notícia divulgada pela TV-Tibagi, Canal 11, sábado passado. Quando visitava minha região, estava precisamente em Campo Mourão, numa roda de amigos, quando ouvimos e vimos a notícia de que possivelmente as eleições municipais seriam prorrogadas. Prevendo aquele informante que essas eleições, com a prorrogação, facilitariam sobremaneira o trabalho, principalmente de S. Exa. o Sr. Presidente da República. Coerente com o que vi, solidário com o Sr. Presidente da República, nada mais posso fazer do que apresentar uma sugestão. Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, neste instante, sem querer ser agradável a S. Exa. o Sr. Presidente da República, sem querer ser agradável a quem quer que seja, porque tenho aqui, repito, recortes de jornais e os Anais da Casa que mostram que sempre fui de certa forma agressivo para com o Presidente quando este cometia erros.

Mas, apresento hoje, à Mesa, um requerimento que, se aprovado por esta Casa, levará uma sugestão a S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça. São três tópicos importantes, além dos considerandos, cujo requerimento já deve ter sido lido pelo Sr. 1.º Secretário durante o Expediente.

Primeiro, sugerindo a S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça que, em contato com o alto comando da Revolução, tendo em vista essa obra grandiosa e fabulosa do Sr. Presidente da República, tomasse as providências necessárias para que as eleições em nosso País se façam de 5 em 5 anos. Um mandato para Presidente da República, com a duração de 5 anos, não seria aberração nenhuma, porque o próprio mandato de S. Exa. o sr. Governador Paulo Pimentel era de 5 anos. O próprio mandato dos Presidentes que antecederam o atual Presidente da República, era de 5 anos. Portanto, entendemos nesta sugestão, que deve haver coincidência de mandatos, que devem haver eleições gerais. E já que temos no Congresso uma Mensagem propondo algumas emendas à Constituição, porque não reformamos, para que haja, conforme sugerimos em nosso requerimento, eleições presidenciais de 5 em 5 anos.

Nós sabemos que muitos Prefeitos, uma parcela grande de Prefeitos, tem mandato de um ou 2 anos e um Prefeito com mandato de 5 anos poderia planejar melhor, executar melhor, realizar melhor. Em nosso requerimento, Sr. Presidente, além dessa sugestão, estamos também sugerindo que seja inserida na Constituição, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, a permissão para que o Presidente da República possa vir a ser reeleito.

Perguntaria aos Senhores, não com o intuito de agradar a quem quer que seja, o que será do Brasil daqui a alguns poucos meses ou anos? Será que iremos acertar? Será que iremos ter à frente dos destinos da nossa Nação um homem do gabarito, com tanta autoridade e com tanto prestígio popular, do homem que hoje dirige os destinos da nossa Pátria?

Pergunto se neste País já se festejou com tanto carinho, com tanto calor patriótico o Dia da Independência?

Estava em Arapongas e lá participei dessas comemorações e senti que toda a nossa Pátria vibrava de civismo; senti que toda nossa Pátria se sentia empolgada por essa data; senti que todos sabem e conhecem que lá fora hoje este é um grande País. Como exemplo do que tem sido feito, temos 200 milhas marítimas que foram conquistadas.

Somente um homem do porte moral e com a autoridade deste que aí está é que poderá continuar levando nosso País à senda do trabalho e do progresso.

Assim é, Sr. Presidente, que encaminhamos hoje à apreciação desta Casa este requerimento singelo, mas que parte do fundo da alma de um paranaense, de um brasileiro, de um patriota.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171-70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Telêmaco Borba e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguai e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-70, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em São Jerônimo da Serra. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 222-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1970.

a) Dep. Arthur de Souza

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 222-70

AUTOR: Dep. Arthur de Souza

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Normal de Grau Colegial em São Jerônimo da Serra.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os graus, razão pela qual dezenas, de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver, o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DE CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênua aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Dai observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lessa — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Guilberto Carvalho

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 222-70

A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance, quanto a sua natureza, principalmente em se tratando de escolas no interior do Estado.

O presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Fuad Nacli

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 222-70

1) — A formação de professores é uma necessidade imperiosa de nossos dias, para que possamos educar a população, principalmente, a rural.

2) — Assim, nada melhor, que uma escola formando professores no próprio meio rural, com todos os seus problemas sentidos "in loco", para que possa ser aperfeiçoado este ensino técnico.

3) — Desta forma, somos pelo parecer favorável ao projeto acima epigrafo, por necessidade regional.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, para que determine à Cibraem a construção de um armazém destinado a depósito e secagem no Município de Palotina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja formada uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa, na reunião de alto nível promovida pela Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando a sua credenciação pela dita Mesa como representante desta Assembleia para participar do Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, nos dias 26, 27 e 28 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade ordene à Secretaria de Transportes a autorização para a ordem de serviço às firmas empreiteiras que pavimentarão a rodovia Guaratuba-Garuva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar as medidas necessárias para abertura e funcionamento do Grupo Escolar no Pinheirinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça no sentido da transferência de todas as eleições para 1975; eleições gerais somente de 5 em 5 anos e permissão para reeleição de Presidente da República. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Tenente Coronel Walkir Pinheiros Alves, por sua assensão ao Comando do 1.º Grupo do 5.º Regimento de Obuses da Lapa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, DER-PR., no sentido da inclusão no plano de obras do presente exercício, da pavimentação asfáltica da pista da estrada velha Curitiba-Araucária. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 198-70, 217-70, 211-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS

PORTARIA N.º 126-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.377, de 16 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar JORGE ASSAD MANSUR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado JOAO CALIL FADEL.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 127-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.379, de 16 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

Designar LEIZA MARIA XIMENES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral